

Resolução

Valorizar o trabalho e os trabalhadores Avançar nos direitos

- Aumento dos salários e justiça na distribuição da riqueza
- Redução e humanização dos horários de trabalho
- Defesa dos direitos e melhoria das condições de trabalho
- Pela defesa e promoção da contratação colectiva
- Pelo emprego seguro e com direitos; Contra os vínculos precários

O País precisa de mais crescimento económico e de ultrapassar problemas estruturais, designadamente o investimento numa verdadeira política de industrialização, uma justa distribuição da riqueza, aumentar os níveis de qualificação e formação e combater os vínculos precários.

Nos últimos anos os sectores da indústria do âmbito da Fiequimetal atingiram lucros líquidos nunca antes verificados e níveis de acumulação de capital bastante consideráveis, mas o crescimento dos salários não tem acompanhado esta tendência, da mesma forma que se mantém a estratégia patronal de bloqueio à negociação colectiva.

Desde 2015 tem-se verificado no plano social a melhoria de um conjunto de serviços e apoios sociais, no entanto a valorização do trabalho e dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores ainda está por cumprir, nomeadamente o respeito pela negociação e contratação colectivas.

O Ministério do Trabalho tem como competência a promoção da negociação e contratação colectivas e de políticas de emprego que nivelem por cima as relações de trabalho e coloquem fim ao recurso abusivo à contratação a termo e ao trabalho temporário.

O País e estes importantes sectores da indústria necessitam de legislação laboral que salvaguarde os direitos dos trabalhadores. Não são necessárias mais medidas que facilitem e promovam a desregulação dos horários de trabalho, os bancos de horas, o uso e abuso de vínculos precários, nem para dar mais poder ao patronato, como é o caso das alterações ao Código do Trabalho em discussão na Assembleia da República.

Os trabalhadores destes sectores exigem o respeito pelos seus direitos; horários de trabalho humanizados, que salvaguardem a conciliação entre a vida profissional pessoal e familiar; condições de trabalho que não sejam geradoras de mais acidentes e doenças profissionais.

É necessário e urgente que o Governo vá mais longe e acabe com as injustiças que se mantêm no mundo do trabalho, dando atenção à situação real dos trabalhadores, revogando as normas gravosas do Código do Trabalho.

Os representantes dos trabalhadores dos sectores da Fiequimetal constatam que:

1 - Nos últimos anos aumentaram de forma colossal os resultados líquidos, as exportações e a produtividade nas empresas dos sectores energético (EDP, REN e GALP); mineiro; fabricação de material eléctrico e electrónico; metalurgia; automóvel; resíduos e águas; química; farmacêutica; papel e gráfica e no sector empresarial do Estado, situação que contrasta com a perda de poder de compra dos trabalhadores. Mais acumulação de riqueza para o capital e menos salário para os trabalhadores;

2 - O patronato no sector privado é responsável pela existência de uma brutal degradação das condições de trabalho, ao impor e generalizar ritmos e horários de trabalho desumanos, que têm como consequência um aumento das doenças profissionais e acidentes de trabalho, incluindo acidentes mortais;

Horários de trabalho que desregulam a vida profissional, familiar e pessoal dos trabalhadores, não respeitando os dois dias de descanso semanal, em geral, como regra.

3 - Mantém-se o bloqueio à negociação colectiva por parte do patronato, com o velho objectivo de generalizar as relações individuais de trabalho e insiste, mesmo com a luta e resistência dos trabalhadores, em não respeitar direitos consagrados na nossa contratação colectiva.

4 - O patronato usa e abusa do recurso à contratação de trabalhadores com vínculos precários, com o propósito de ter ao seu dispor trabalhadores vulneráveis e descartáveis para aumentar a exploração.

Os representantes dos trabalhadores concentrados junto ao Ministério do Trabalho exigem:

- Uma política de estímulo ao crescimento dos salários como forma de dinamizar a procura interna, criar mais empregos e promover o crescimento económico;
- O aumento dos salários e respeito pelos direitos dos trabalhadores do sector empresarial do Estado;
- A intervenção do Ministério do Trabalho na promoção da negociação e contratação colectivas;
- Mais meios de fiscalização das condições de trabalho e dos vínculos precários;
- Uma estratégia de promoção das condições de trabalho que tenha como principal vector a prevenção dos acidentes de trabalho.

Decidem também intensificar o esclarecimento, acção e luta reivindicativa, não excluindo o recurso à greve, do mesmo modo que continuaremos a mobilizar todos os trabalhadores para participarem na grande manifestação da juventude trabalhadora convocada para o próximo dia 28 de Março.

- **Pelo aumento em 50 euros no mínimo para cada trabalhador;**
- **Por ritmos e horários de trabalho humanizados;**
- **Pela defesa dos direitos e melhoria das condições de trabalho;**
- **Pela defesa e promoção da negociação e contratação colectiva;**
- **Pelo fim dos vínculos precários;**
- **Pela redução do horário de trabalho para as 35 horas;**
- **Pelo fim dos bancos de horas e da adaptabilidade.**

Lisboa, 22 de Março de 2019